

## INFLUÊNCIA DA POBREZA NA ESTRUTURA FAMILIAR

Sérgio Mauricio Costa da Silva Pinto\*

**RESUMO:** *Esse texto discute algumas relações entre as condições econômicas da pobreza e a formação estrutural da família. Inicialmente é discutido o conceito de pobreza, posto seu entendimento múltiplo, para caracterizar o uso dessa categoria. São então apresentadas algumas relações objetivas entre a pobreza e a estrutura familiar, como a nupcialidade e a fecundidade, baseadas em estudos teóricos e em dados colhidos de diversas pesquisas demográficas, principalmente dados nacionais do IBGE, que ilustram de forma clara os conceitos apresentados. O texto conclui que a condição de pobreza vivida por ampla camada da sociedade é um dos fatores preponderantes na caracterização dessa estrutura familiar.*

**Palavras-chave:** Família; Pobreza; Estrutura familiar

### 1. INTRODUÇÃO

A pobreza, como fator condicionador das possibilidades de vida, determina as formas de organização social, incluindo-se nessa trama a própria organização da família. É, portanto, compreensível a existência de estruturas familiares, no meio social de menor renda, diversas das estruturas propostas pela ideologia dominante, que se formaram através de condições econômicas díspares das encontradas na realidade vivenciada pela pobreza.

Este trabalho faz uma discussão teórica sobre o conceito da pobreza e discute a estrutura da família nessas condições sociais, ressaltando determinados aspectos como a nupcialidade e a fecundidade. Para isso, utilizam-se dados estatísticos brasileiros que ilustram a hipótese levantada.

### 2. POBREZA: BREVE DIGRESSÃO TEÓRICA

Há uma tendência, propalada pelos meios de comunicação e pelos especialistas em terapias diversas, a considerar a família pobre, que não se enquadra nos padrões propostos pela sociedade – a família nuclear conjugal –, como sendo uma família desestruturada, ou destruída pelas condições sociais em que se encontra. Tal consideração traz consigo uma visão de mundo, um olhar que encara a realidade através do filtro das idéias pré-concebidas eivadas de valores subjetivos. Não se pretende definir a pobreza, nem seu sujeito, através da falta, da necessidade imposta por um padrão econômico-social, mas a partir da sua realidade, retirando a negatividade das representações ditadas pelos parâmetros vigentes, utilizados inclusive como categorias pelas ciências sociais, mas através da sua positividade concreta, a sua realidade que se impõe diante do olhar do observador. A pobreza é alguma coisa e não a ausência de outra, não se categoriza a pobreza através do avesso do que se pretende, do que se deseja, um “dever ser” (SARTI, 2003, p.36). Ela é uma experiência real, com sujeitos reais, que vivem a sua realidade e não a falta de outra realidade.

---

\* Graduado em Engenharia Elétrica (UFBA) e Filosofia (UCSAL), Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Contato: [smcsp1@gmail.com](mailto:smcsp1@gmail.com).

Nesse texto não se fará uma discussão teórica profunda sobre a pobreza, mas apenas uma breve digressão para especificar o que se pretende com o uso dessa categoria. Platão (2004, p.115) diferencia as classes sociais entre governantes, guerreiros e artesãos, atribuindo a essa última uma importância menor diante das outras duas; chega a propor um sistema social em que não houvesse a mobilidade, pois artesãos devem continuar como tal, já que sua prosperidade seria motivo de preguiça e negligência. Quanto à pobreza, diz Platão, é a causa da baixa moral, da maldade e do gosto pelas novidades, devendo ser evitada numa cidade feliz. Aristóteles (1977, p.73) identifica duas classes sociais distintas, a dos trabalhadores e a dos cidadãos. Aos cidadãos cabe a virtude da honestidade, enquanto com os trabalhadores e as “pessoas empenhadas nas profissões mecânicas ou no comércio, uma vez que esse gênero de vida é ignóbil e contrário à virtude”, não há a possibilidade de se encontrar a honestidade, portanto não podem participar da vida política. Afirma ainda que “em todos os países se encontram três espécies de homens: uns muito ricos, outros muito pobres e outros que estão no meio, entre esses dois extremos” (1977, p.142), quanto aos muito pobres, são considerados inúteis à pátria e fonte da trapaça e da baixa moral, além de “dobrados pela miséria e pelas preocupações arrastam-se diante dos outros”, e acabam por desejar e invejar os bens alheios. Rousseau (1991, p.309) advoga que o Estado deva retribuir de forma desigual aos seus cidadãos, segundo seus “talentos e suas forças”; enquanto Locke (1991, p.228) determina que a riqueza, medida pela propriedade privada, é o fruto direto do trabalho, do esforço pessoal do indivíduo. Essa associação entre riqueza e mérito pessoal, comum na Idade Moderna e fundamento do pensamento liberal, como corolário, associará a pobreza à falta do esforço pessoal, portanto uma mazela de caráter moral e não social. Marx e Engels (1979, p.11) mostram o desenvolvimento histórico das classes sociais, através do processo dialético das lutas de classes, desde o que chama de comunismo primitivo, passando pelas épocas clássica e medieval, chegando à constatação da realidade moderna e o surgimento das classes burguesa e proletária, simplificação das contradições históricas de classe; miséria e pobreza estariam então associadas à exploração do proletariado pela burguesia, engrenagem necessária à manutenção do sistema capitalista. Weber (1997, p.242) conceitua classe como o grupo humano que se encontra em igual situação que deriva, dentro de uma determinada ordem econômica, da magnitude e natureza do poder de dispor sobre bens e serviços e das maneiras de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas; assim, identifica tipos de classes diferentes: a) a proprietária, na qual diferencia os que vivem de rendas oriundas da exploração de uma propriedade e os que são desprovidos dessa possibilidade – pobres e devedores; b) a lucrativa, na qual diferencia empresários de um lado e trabalhadores de outro; e c) a social, que se subdivide em proletariado, pequena burguesia e a *intelligentsia* sem propriedade e os profissionais especializados. Weber, portanto, associa a pobreza à ausência de propriedade e suas consequências econômicas, ressaltando que “‘propriedade’ e ‘falta de propriedade’ são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe” (1982, p.213).

Cicchelli-Pugeault e Cicchelli (1999, p.16) informam que a pobreza no século XIX era vista como semelhante a um germe patogênico nocivo para a coesão social, sintoma de um mau funcionamento patológico da sociedade, fonte do crime e associada ao perigo. Citando o médico de inspiração liberal Louis-René Villermé, em obra de 1840, mostra que a pobreza era também vista como consequência do desregramento moral e afetava principalmente as famílias de conduta reprovável, e que “a partir de uma claudicação moral se abre a perspectiva da miséria e da morte, castigo da Providência”. Barros, Carvalho e Franco (2003, p.1) sustentam “que a pobreza é um fenômeno multidimensional”, que engloba não apenas o aspecto da insuficiência da renda, mas também o acesso ao conhecimento e às condições de saúde; entretanto reconhecem que a preponderância da insuficiência de renda é a mais importante dessas dimensões, visto que “atualmente, as famílias, na maior parte dos países do mundo, têm acesso

aos meios necessários à manutenção de seu bem-estar através de mercados. Para participar desses mercados é preciso ter recursos monetários”.

O UNICEF adota o parâmetro do Banco Mundial para definir a pobreza, limitando-a a uma renda *per capita* inferior a um dólar estadunidense por dia, todavia reconhece a dificuldade de se conceituar a pobreza, pois ela, segundo o UNICEF (2000, p.5), “veste uma multidão de faces e tem inúmeras dimensões” e que, portanto, não existe uma definição universal de pobreza, pois uma família pode ser considerada pobre por causa de uma renda inadequada ou por não ter suas necessidades básicas atendidas, como a educação fundamental, cuidados primários de saúde ou acesso à água potável, ou ainda pelos dois fatores agregados.

Qualquer avaliação moral da pobreza demonstra falta de objetividade na análise, como associá-la a um castigo divino, ou pura demonstração de preconceitos pessoais, como associá-la à maldade e à desonestidade. Também não se pretende associar nesse estudo as definições de classe social trabalhadora ou proletária à pobreza, como alguns teóricos o fazem. A identificação marxista das classes sociais como burguesia capitalista de um lado, como fonte da exploração material do homem, e proletariado do outro, como indivíduos explorados e sofridos com a sua situação, não é suficiente para definir a pobreza. Da mesma forma, a associação weberiana de pobreza à falta de propriedade é precária para os objetivos desse estudo. Até porque há proletários com vida material abastada que, portanto, se distanciam da idéia comum de pobreza, assim como há pequenos capitalistas que vivem com renda muitas vezes inferior a muitos trabalhadores sem propriedade rentável. Não há apenas dois níveis sócio-econômicos, pobres e ricos, aristocracia e massa, burguês e proletário, há, em verdade, uma gradação quase infinita desses níveis, que vai dos mais abastados à indigência quase absoluta. Pretende-se utilizar, portanto, para o entendimento de pobreza o nível de rendimento familiar *per capita* que determina condições de vida específicas, como a dedicação quase exclusiva do tempo para a satisfação de algumas necessidades básicas, a busca pelo alimento e a luta pela sobrevivência como atividades basilares do cotidiano. Outras características como a reduzida expectativa de vida, o baixo nível educacional (com suas conseqüências imediatas como o pouco acesso às oportunidades de emprego), maior taxa de mortalidade infantil, pouco acesso aos serviços públicos, nível precário de cidadania, violências familiares, também não são definidores da pobreza, são suas conseqüências diretas que denotam a forma de vida a que está submetida. Essa abordagem não é original, posto haver propostas nesse sentido desde o início do século XX, conforme relata Rocha (1996, p.2) que “o primeiro estudo empírico sobre pobreza utilizando a renda como critério básico foi de Rowntree (1901)” e Rocha (1996, p.3) divide os estudos sobre pobreza no Brasil em duas grandes categorias, uma dos que a definem em função do salário mínimo e a outra dos que a pretendem refletir a partir do custo de vida efetivo da população, mas ressalta que em ambas as abordagens é consensual o uso da renda familiar *per capita* como medida mais adequada.

Poder-se-ia argumentar que esse conceito de pobreza, muito ligado à situação econômica da pessoa ou da família, é reducionista ou uma definição simplificadora, mas tem o mérito de precisar a pobreza e sua relação econômica, retirando todas as outras características, já acima exemplificadas, que não passam de efeitos do problema da renda. Restaria, então, apenas a tarefa de definir um parâmetro básico de renda que, estipulasse o que seria a pobreza. Mas não há como definir uma linha divisória absoluta entre a pobreza e a sua negação, uma vez que não há necessidades universais que satisfaçam aos diversos grupos sociais, inclusive ao sem-número de experiências históricas; portanto, a noção e a demarcação da pobreza também são contextualizadas e são particulares de cada sociedade. Como exemplos, seguem algumas definições modernas utilizadas por órgãos internacionais e brasileiros.

A ONU (UNDP, 2003, p.42) propõe o índice de pobreza de renda (*income poverty line*) como sua referência para especificar o nível de pobreza de uma população. A ONU reconhece as

dificuldades práticas e metodológicas para alcançar um índice válido para todo o mundo, já que cada país tem um custo de vida diferenciado, o que faz com que o índice de pobreza de renda adotado seja uma referência mínima para o nível de subsistência humana. O índice adotado foi definido pelo Banco Mundial, através de exemplos de países em desenvolvimento, e mede como extrema pobreza a renda individual inferior a US\$ 1,00 por dia. No relatório de 2004 do PNUD, a ONU (UNDP, 2004, p.127) reconhece que o bem-estar humano está fortemente relacionado com o nível de renda e o crescimento econômico dum país; todavia, esclarece que os efeitos a esse bem-estar não dependem apenas desses índices econômicos, mas de como esses recursos são utilizados, se “para desenvolvimento de armas ou produção de alimentos, construção de palácios ou fornecimento de água limpa”, além de outros fatores como participação política e direitos humanos. Assim, a ONU propõe alguns índices para mensurar o progresso do bem-estar nos diversos países, que são o IDH (índice de desenvolvimento humano), o IPH-1 (índice de pobreza humana nos países em desenvolvimento), o IPH-2 (índice de pobreza humana nos países da OCDE) e o IDG (índice de desenvolvimento de gênero). Todos são compostos por um conjunto de outros indicadores.

A CEPAL utiliza dois indicadores para aferir a pobreza (ILPES, 2001, p.24): o INBI (índice de necessidades básicas insatisfeitas) que é composto pelos indicadores sobre a residência familiar (piso inadequado, serviços de água e esgoto e quantidade de pessoas por cômodo), sobre o nível de dependência econômica entre os membros da família e o nível educacional; e o H – chamado de índice de incidência da pobreza – que é uma relação entre a quantidade de pessoas com renda inferior à linha de pobreza e a quantidade total de pessoas que dividem o ambiente. A linha de indigência (LI) e a linha de pobreza (LP), utilizadas nos cálculos dos índices da CEPAL, são definidas a partir da renda necessária para adquirir uma cesta básica apenas alimentar, no caso da LI, e a renda necessária para adquirir uma cesta de produtos e serviços básicos que propiciem um mínimo de bem-estar, que além da alimentação incluem gastos com vestuário, habitação e transporte, no caso da LP.

O IBGE (2004c), na PNAD, estipula como referência de renda o salário mínimo praticado no Brasil. As faixas de renda utilizadas variam de acordo com o levantamento, por exemplo, para mensurar a renda do indivíduo, as faixas iniciam-se em um salário mínimo, para a renda *per capita* familiar, iniciam-se em  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, e para a renda por domicílio, em um salário mínimo. A referência de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo é também utilizada para o rendimento monetário mensal familiar *per capita* na análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (2004a, p.21). Já no estudo de aquisição alimentar da POF (2004b, p.22), o IBGE coloca como faixa inicial da renda familiar a referência de dois salários mínimos. Esses limites inferiores indicam a situação de pobreza extrema, principalmente em se tratando da renda familiar *per capita*.

A definição da pobreza familiar como carência de recursos para a sobrevivência é deficiente, pois a insuficiência de recursos para a manutenção da vida dos membros familiares resultaria na extinção da família pobre. Quem não consegue recursos, para sobreviver, define e morre. Draibe (2000, p.114) segue por essa linha, definindo pobreza como a insuficiência de renda que impede a satisfação das necessidades vitais. É fato que as taxas de mortalidade infantil são maiores na pobreza e que as taxas de expectativa de vida ao nascer são menores, mas há um imenso contingente de indivíduos no mundo que sobrevive, apesar da pobreza; portanto, não se pode simplificar sua abordagem como a impossibilidade de alcançar as necessidades mínimas de sobrevivência. Há estratégias que são utilizadas para superar as deficiências provenientes duma renda que não permite alcançar, por si só, um patamar de sobrevivência. Dentre as estratégias mais utilizadas para a sobrevivência na pobreza, encontram-se, conforme Carvalho (2000, p.96), a) a solidariedade conterrânea e parental, que é o agrupamento de famílias “que vivem em comunidade cuja identidade é marcada pela carência, sangue e terra natal”; b) a solidariedade

apadrinhada, em que “um ou mais membros da família do trabalhador mantém laços mais próximos com as classes média e alta, seja como empregados domésticos, porteiros de prédios, jardineiros etc. Este vínculo assegura um canal de doação de roupas, remédios, eletrodomésticos...”; e c) a solidariedade missionária, que são os serviços sociais de promoção e assistência oferecidos por entidades religiosas ou outros agentes públicos, como organizações não governamentais, partidos políticos etc. Segundo Takashima (2000, p.85), há formas de ação grupal de apoio à sobrevivência, como as “redes espontâneas de solidariedade entre vizinhos (casos de morte, incêndio, doença etc.)”; as práticas informais organizadas, como o apoio à criança abandonada, denúncias em caso de violência etc.; e as práticas formalmente organizadas com um agente externo motivador, seriam exemplos as fábricas coletivas, cooperativas de serviços etc. Ressalta ainda que todas essas práticas sociais “constroem laços comunitários que se pode denominar de ação coletiva e que direcionam ao atendimento de algumas **necessidades comuns**” (2000, p.85).

### 3. RELAÇÕES ENTRE POBREZA E FAMÍLIA

A pobreza, assim entendida, condiciona as organizações sociais da população que vive nessa condição. A família pobre, portanto, é construída através das determinações das condições materiais de vida a que está submetida. Marx e Engels (1982, p.35) discutem a relação entre as organizações sociais e as condições de vida, inferindo que toda a produção humana – organizações sociais, cultura, idéias, trabalho etc. – é resultado de sua atividade e do seu intercâmbio materiais. A relação entre condições materiais de vida e família é explícita para Saraceno (1997, p.163) apenas no passado, ou ainda nas sociedades agrícolas, pois, na sociedade urbana moderna, há a separação entre a economia doméstica e a economia da empresa familiar – e para isso cita Weber em *Economia e sociedade* –, e que essa separação se dá de forma mais lenta entre as classes trabalhadoras. A transformação sofrida pela organização familiar com o advento da revolução industrial é ressaltada por Cicchelli-Pugeault e Cicchelli (1999, p.18) que destacam a mudança do padrão econômico da família proletária, necessitada da mão-de-obra de todos os seus membros para conseguir manter seu nível de renda, e citando E. Thompson, quando trata do surgimento da classe trabalhadora inglesa, afirma que o advento desse novo contingente trabalhador às fábricas obrigou o operário a “negociar” os seus para assegurar a subsistência do lar (1999, p.19).

Souza explicita que a atuação do estado de bem-estar social, implementando políticas públicas em assuntos da economia privada, como os programas para a formação de mão-de-obra, sistemas de saúde, redes de auxílio pecuniário, condiciona uma organização familiar específica, já que

ao trazer assuntos restritos à vida privada para a esfera pública, o *welfare state* afeta organizações familiares. As mudanças de valores e a redivisão do trabalho social resultantes da modernização, por exemplo, têm impactos sobre as hierarquias familiares. As mudanças na hierarquia, por sua vez, alteram a estrutura organizacional das famílias (2000, p.3).

A discussão sobre a relação entre a família e as condições materiais de vida acima é para que se possa compreender com mais clareza as organizações familiares construídas nas condições de pobreza, ou seja, de dedicação intensiva à luta pela sobrevivência, além de introduzir a análise dos efeitos da pobreza na família nos aspectos da nupcialidade, da fecundidade, do compartilhamento do domicílio, dentre outras conseqüências.



### 3.1. A nupcialidade

O primeiro aspecto a ser analisado é a nupcialidade, ou de que forma a pobreza determina as relações conjugais dentro do ambiente familiar. Inicialmente, ressalta-se a observação de Saraceno (1997, p.167) de que as divergências de expectativas de homens e mulheres em relação ao casamento é maior nas classes de baixo rendimento, pois nesse estrato social o funcionamento familiar, o seu cotidiano, rege-se “por uma precisa divisão de papéis e prestações de trabalho”, resultando dessa característica uma descrição de suas próprias relações conjugais em termos de “‘companheiro de trabalho’, que de casal de aliança”; adiante, diz ainda que “o modelo da intimidade, da reciprocidade, encontra aqui mais visivelmente o próprio limite, se não o próprio desmentido”. Cicchelli-Pugeault e Cicchelli (1999, p.20) concordam com essa opinião e afirmam que “os trabalhadores não são senão proletários, o trabalho primará sobre a vida de família e obstaculizará toda expansão afetiva”. Analisando a circulação de crianças da família popular na sociedade porto-alegrense do início do século XX, Fonseca (1989, p.104) coloca a instabilidade conjugal como um dos fatores preponderantes para a não-consolidação do modelo de família nuclear em classes populares da época, já que “as peripécias da economia dificultavam, sem dúvida, a situação conjugal” (1989, p.106), pois era comum a partida do companheiro à procura de trabalho em outras localidades ou para a guerra, sem que, às vezes, a família tivesse notícias suas durante anos. Sarti (2003, p.66), comentando acerca das separações em famílias pobres, afirma “que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente”. Carvalho (2000, p.99) adverte sobre a falta de intimidade, de privacidade, que está submetida a família pobre, por conta das condições precárias de moradia, causando o esgarçamento de vínculos entre os seus membros. Draibe (2000, p.119) relata que “os domicílios pobres são mais freqüentemente constituídos por casais jovens com filhos, por idosos sós, por famílias múltiplas e sobretudo por mulheres (jovens ou de meia idade) sem cônjuge e com filhos”. Essa posição de Draibe é compartilhada por Barros, Fox e Mendonça (1993, p.6), que em seu estudo concluem que as famílias chefiadas por mulheres estão sobre-representadas nas faixas de renda mais baixas, são em sua maioria pobres, e para tal afirmativa usam dados da PNAD de 1984 do IBGE, afirmando que esse tipo de família – que chamam de FHH (*female-headed household*) –, independente de sua categoria, se com ou sem cônjuge e com ou sem filhos, ou da área metropolitana em estudo, “diminui drasticamente” sua prevalência quando se passa das classes de renda mais baixas para as mais altas.

Os dados apresentados pelo IBGE, na PNAD de 2003, ilustram que, nas faixas de renda mais baixas, que vão da categoria sem rendimento até a de rendimentos mensais de um salário mínimo, os domicílios particulares apresentam índices que variam em torno de 55% da presença dos cônjuges, compartilhando o ambiente; esse índice sobe significativamente nas faixas de renda seguintes, alcançando o pico de quase 80% de presença de cônjuges no ambiente domiciliar na faixa de renda acima de 20 salários mínimos. Os números indicam que a convivência conjugal é alterada de acordo com o rendimento da família, fazendo com que as famílias que vivem em situação de pobreza ou indigência tendam a se organizar de forma diferente das famílias com rendimentos superiores, vivendo em maior número sem a presença do parceiro conjugal.

Ainda nessa PNAD, vê-se que quase 90% dos homens responsáveis por suas famílias convivem com seus cônjuges, enquanto apenas cerca de 10% das mulheres que fazem esse mesmo papel, o de pessoa de referência na família, compartilham a vida com seu cônjuge, ou seja, da cada dez mulheres chefes de família, nove não vivem com seus companheiros, enquanto com os homens a razão é inversa, de cada dez homens chefes de família, nove vivem com suas companheiras.

Também com dados da PNAD de 2003 (IBGE, 2005, p.161), sabe-se, 55,4% das famílias em que a mulher vive sem cônjuge e com filhos têm renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, sendo que na Bahia esse índice é de 70,6%, e, na região metropolitana de Salvador, é de 62,2%. Esses números corroboram os anteriores, que apenas sugeriam pela maior quantidade de famílias monoparentais em estratos sociais de baixa renda e a alta incidência de mulheres como pessoas de referência dessas famílias.

No censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000, p.44), é possível se colher inúmeros dados acerca da nupcialidade e sua relação com o nível de renda. Um dado significativo dessa relação é a idade média de casamento de pessoas acima de quinze anos, segundo a classe de rendimento mensal. Mulheres com renda inferior a um salário mínimo possuem média etária de casamento de 20,6 anos; essa idade de média de casamento se comporta numa função direta com a faixa de renda, acompanhando seu crescimento, e alcança na faixa de renda acima de vinte salários mínimos o valor de 29,9 anos, portanto, cerca de 50% acima da idade média de casamento das mulheres na faixa de renda até um salário mínimo. Ainda no censo de 2000, outro dado que se evidencia é a relação entre a natureza das uniões conjugais e o rendimento nominal mensal familiar (2000, p.51); o censo mostra que, nas faixas de renda até três salários mínimos, a opção de união mais utilizada é o casamento apenas religioso, seguida da união consensual, do casamento apenas civil e, por fim, do casamento civil e religioso. Nas faixas de renda acima de cinco salários mínimos, a opção de união mais utilizada é o casamento civil e religioso, seguida do casamento apenas civil, da união consensual e, como última opção, o casamento apenas religioso. A inversão das opções de união conjugal entre os extremos das faixas de renda é completa. Entre as faixas de três a cinco salários mínimos, acontece a equiparação entre todas as opções de união conjugal, com exceção da opção do casamento apenas religioso, que já se destaca como a de menor preferência.

É, portanto, clara a relação entre a pobreza e a nupcialidade, que influencia as relações conjugais em diversas dimensões, desde a forma como se estabelece a relação, o tipo de união conjugal realizada; passando pelas relações etárias do vínculo conjugal; até a forma como a família se organiza, tendendo, na pobreza, a maior participação feminina como pessoa de referência, sendo, muitas vezes, como acima apresentado, sem mesmo a participação masculina nessa organização.

### 3.2. A fecundidade

Esse aspecto da relação familiar é também influenciado pela situação de pobreza em que vive a família. Os estudos históricos de Flandrin (1995, p.221) já ressaltam as primeiras relações, evidenciando uma maior mortalidade infantil em famílias pobres da Europa entre os séculos XII e XVI, por conta da necessidade do empenho feminino na economia doméstica dessa família, com suas conseqüências imediatas como a necessidade prematura do desmame e o impedimento duma atenção mais cuidadosa aos que sobreviviam. Saraceno (1997, p.124) aponta que, no passado (ressalvando ser ainda prática corrente nos países em vias de desenvolvimento), as famílias mais pobres utilizavam o recurso de ter muitos filhos, pois os viam como um bem, recursos para a sobrevivência, já que cedo, algumas vezes por volta dos quatro ou cinco anos, estavam na lida, e que os servos eram “em larga medida os filhos ‘em excesso’” (1997, p.125) que as famílias trocavam entre si, tirando vantagens econômicas na forma de manutenção e salário. Falando sobre a Itália do século XX, Saraceno (1997, p.140) ainda comenta que se instaurou uma relação inversa entre riqueza familiar e fecundidade, pois “as famílias mais numerosas são as mais pobres, em que nascem mais filhos”, e que “quanto mais baixas são as chances de vida adequada de uma família, menor ou ausente parece ser uma atitude estratégica relativamente à fecundidade e aos filhos”. Passetti (2002, p.346), tratando da época do início da

república no Brasil, relata que as pessoas que moravam nos subúrbios das cidades brasileiras que se industrializavam, em casas de aluguel, cortiços, favelas, “eram vistas trocando regularmente de parceiros, constituindo famílias muito grandes, com filhos desnutridos e sem escolaridade e que cresciam convivendo com a ausência regular do pai ou da mãe”.

Os levantamentos estatísticos de Barros, Fox e Mendonça (1993, p.10) demonstram que “o número de crianças por domicílio é fortemente e inversamente relacionado ao nível de renda do domicílio”, e que esse número entre os domicílios extremamente e muito pobres é o dobro do número de todos os domicílios; e mais, mostram que entre as crianças pobres, aquelas que vivem em famílias chefiadas por mulheres (FHH), são maioria. Ramos e Soares (1994, p.9), utilizando dados da PNAD de 1989, afirmam que “o número médio de crianças com até seis anos de idade diminui drasticamente ao longo dos estratos da distribuição: as famílias mais pobres têm, em média, quatro vezes mais membros nesta faixa etária do que aquelas no décimo superior da distribuição”.

Usando dados do censo brasileiro de 2000 (IBGE, 2002, p.17), vê-se que, nas famílias cujos responsáveis são mulheres, o percentual de domicílios com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos é mais do que o dobro dos domicílios cujos responsáveis são homens (33,6% contra 15,1%). Outro dado que se colhe do censo (2002, p.27) é de que 18% das crianças de 0 a 6 anos vivem em domicílios cujos responsáveis são mulheres, e que a cidade do Salvador se destaca como a capital brasileira com maior índice, pois alcança a marca de 32,6% das crianças nessa faixa etária vivendo em domicílios chefiados por mulheres. Quando se incorpora a variável renda, o censo (2002, p.29) revela que 56,9% das crianças de 0 a 6 anos do Brasil vivem em domicílios chefiados por mulheres e com renda de até dois salários mínimos, sendo que o Maranhão é o estado que alcança o pico, com 78%, enquanto a Bahia tem marca de 64,5% e São Paulo, o extremo inferior, 40,5%.

Falando da mortalidade infantil, os resultados apresentados pelo censo 2000 (2000, p.114), apesar da sua progressiva redução no Brasil, mostram que é um fator intimamente relacionado à renda e que também traz influências para a organização estrutural da família; a taxa de mortalidade infantil brasileira para o primeiro quinto de renda familiar *per capita* (a faixa de renda mais pobre) é 34,9 mortes por mil habitantes, enquanto o índice para o último quinto da renda familiar (os mais ricos) é 15,8. Os dados específicos da região Nordeste do Brasil, se comparados aos da região Sul, ilustram também a relação entre esse índice e a situação de pobreza da população, pois os índices do primeiro quinto das duas regiões, tão diferentes em condições sócio-econômicas, são respectivamente 48,9 e 21,7, enquanto os índices do último quinto são, respectivamente, 27,7 e 11,2. Os estratos mais ricos da região Nordeste convivem com taxas de mortalidade infantil superiores aos estratos mais pobres da região Sul do Brasil.

Maior quantidade média de crianças nas famílias contemporâneas resulta numa relação de idade desfavorável para o desempenho econômico da família, no sentido de haver menor quantidade de pessoas em idade produtiva, “o que aumenta os encargos das pessoas que trabalham” (Draibe, 2000, p.120), forçando uma situação em que haverá a conseqüente reprodução da pobreza nas gerações seguintes, ou no dizer de Draibe, não verão “aumentadas as suas chances de escaparem do círculo férreo da reprodução intergeracional da pobreza” (2000, p.112). As associações entre fecundidade e pobreza e mortalidade infantil e pobreza são explícitas nas colocações e dados acima apresentados, a maior quantidade de filhos sempre esteve associada à pobreza, assim como a maior mortalidade infantil. Apesar das altas taxas de mortalidade infantil em situações de pobreza extrema, ela é superada pelas altas taxas de natalidade, moldando famílias numerosas e acostumadas com a perda. É interessante perceber que a maior presença de famílias chefiadas por mulheres se encontra nas classes mais pobres, e que aí também se encontram a maioria das crianças entre 0 e 6 anos, o que leva a uma estrutura



familiar pobre como sendo tipicamente chefiada por mulher e com número significativo de crianças.

### 3.3. Outras características

A presença de agregados, com relações de parentesco ou não, é uma realidade mais constante nas famílias pobres, que Rocha (1989, p.15) observa como aspecto importante a ser considerado para se construir qualquer estudo de renda familiar *per capita* em relação à pobreza; afirma que se deve utilizar o conceito de família que inclua agregados além do núcleo familiar principal, pois esse modelo se adequa melhor à realidade social das famílias de baixa renda. Fonseca (1989, p.104s) fala em fluidez dos limites da unidade doméstica em ambientes de pobreza, em que “a presença de avós na vida do casal” era uma prática corrente na Porto Alegre do início do século XX, mas havia também outras configurações familiares como “casos de viúvas morando com irmãos casados, de irmãs e irmãos, solteiros e separados, dividindo a mesma moradia”. Sarti (2003, p.69), em estudo em bairros populares da cidade de São Paulo, lembra que “nos casos de viuvez ou separação sem nova união, a mãe torna-se a figura aglutinadora do que resta da família, e sua casa acaba sendo o lugar para onde acorrem os filhos nas situações de desamparo (desemprego, separações conjugais etc.)”; é interessante notar que essas “situações de desamparo” citadas por Sarti são extremamente comuns no ambiente de pobreza. A PNAD de 2003 (IBGE, 2004c, p.91) também aponta essa característica e mostra que, entre os domicílios que percebem renda inferior a um salário mínimo, a presença de parentes que não são cônjuges ou filhos é maior que 21%, cujo número decresce na razão inversa das faixas de renda, chegando a cerca de 10% na faixa de renda acima de vinte salários mínimos, portanto cerca da metade do índice observado na faixa de renda inferior.

A expectativa média de vida ao nascer também é afetada pela renda, já que esse índice está vinculado de forma direta às condições sócio-econômicas de vida da população. Além da maior taxa de mortalidade infantil diminuir a expectativa de vida, ao nascer das populações mais pobres, as próprias condições de vida a que estão submetidas implicam maiores restrições nesse índice. Por exemplo, usando dados do IBGE (2005, p.51), enquanto a proporção da taxa de mortalidade entre homens e mulheres na faixa entre 20 e 24 anos por causas naturais é cerca de 87% maior para homens, a mesma diferença no índice por causas externas (violência, trânsito etc.) é maior que 900% (mais que dez vezes maior) para homens entre 20 e 24 anos, exibindo uma exposição masculina para a violência e outros problemas urbanos maior do que a feminina, fato que também tem implicações imediatas na expectativa média de vida do homem brasileiro (67,6 anos para homens e 75,2 anos para mulheres, conforme a PNAD de 2003). Se se considerar que as populações mais pobres estão mais expostas a estes problemas urbanos, principalmente a violência e suas conseqüências, compreende-se porque, na população com faixas de renda mais baixas, a expectativa de vida é ainda menor, sem esquecer outros problemas que contribuem para essa menor expectativa de vida, como o acesso a serviços de saúde precários, alimentação deficiente etc.

Outros aspectos também diferenciam as famílias pobres das outras, como a questão educacional escolar, exemplificada pelos índices apresentados nas diversas pesquisas do IBGE, que apontam sempre menores taxas de escolaridade entre a população mais pobre; a transmissão de valores diferenciados na educação doméstica, como cita Saraceno (1989, p.168), baseada em pesquisa com amostra nacional nos Estados Unidos e outra com funcionários da Fiat de Turim, na Itália, onde “os pais operários ensinam obediência e solidariedade (que segundo os investigadores produzem também tradicionalismo), enquanto os pais que exercem profissões liberais ensinam autonomia e individualismo”; relações entre tipo de trabalho e a pobreza, dentre outras inúmeras particularidades, mas que não, necessariamente, implicam diferenciação na

estrutura da família, apesar de informações que relacionam a escolaridade da mãe com a mortalidade infantil, ou outras relações conexas, mas que são relações secundárias e não determinantes da estrutura familiar.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Tratado da política**. Mira-Sintra, Portugal: Europa-América, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Textos para discussão, 986).
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Poverty among female-headed households in Brazil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Textos para discussão, 310).
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.93-108.
- CICHELLI-PUGEAULT, Catherine; CICHELLI, Vincenzo. **Las teorías sociológicas de la familia**. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 1999.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.109-130.
- FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p.95-128.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000: nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- . **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- . **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- . **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: aquisição alimentar domiciliar per capita**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- . **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2003: Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 2004.
- . **Síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL (ILPES). **El uso de indicadores socioeconómicos en la formulación y evaluación**

**de projectos sociales:** aplicación metodológica. Santiago, Chile: CEPAL, 2001. (Serie Manuales).

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** 2. ed. São Paulo: Versus, 1979.

———. **A ideologia alemã.** 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Maria (Org.). **História das crianças no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.347-375.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores).

RAMOS, Lauro; SOARES, Ana Lúcia. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Textos para discussão, 350).

ROCHA, Sônia. **Incidência de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Textos para discussão, 166).

———. **Renda e pobreza:** os impactos do plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Textos para discussão, 439).

———. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para discussão, 720).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991a. (Os Pensadores).

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família.** Lisboa, Portugal: Estampa, 1997.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para discussão, 699).

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família brasileira:** a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.77-92.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Poverty reduction begins with children.** Nova Iorque, Estados Unidos: UNICEF, 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development report 2003:** millennium development goals: a compact among nations to end human poverty. Nova Iorque, Estados Unidos: PNUD, 2003.

———. **Human development report 2004: cultural liberty in today's diverse world.** Nova Iorque, Estados Unidos: PNUD, 2004.

WEBER, Max. **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva.** 2. ed. Cidade do México, México: Fondo de Cultura Económica, 1997.